

Teoria e Prática da Ciência Política

Kelly Cristina Campones
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2018

Kelly Cristina Campones

(Organizadora)

Teoria e Prática da Ciência Política

Atena Editora

2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

T314 Teoria e prática da ciência política / Organizador Kelly Cristina Campones. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-023-0

DOI 10.22533/at.ed.230182812

1. Ciência política. I. Campones, Kelly Cristina. II. Título.

CDD 320.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

DOI O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra: “Teoria e Prática da Ciência Política” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora que, em seu I volume, apresenta, 19 capítulos os quais possibilitam compreender e contextualizar as teorias políticas, sociais e educacionais que corroboram com campos de estudo tais como: da história, da administração pública, do direito, dos estudos voltados a economia, da educação, entre outros.

Compreende-se que, ampliar os conhecimentos acerca das teorias e práticas políticas possibilita ao leitor ressignificar conceitos e/ou (pré) conceitos existentes e sobretudo, da compreensão da (re) estruturação social abordadas.

Ressalta-se ainda, que o estudo dos autores apontados nesta obra é condição “cinequanon”, diante de um cenário que, envolve toda a luta histórica existente e que, permanece ainda tão conflituosa. Desta forma, os estudos escritos possibilitam a compreensão do funcionamento bem como, da estrutura e organização do Estado e suas múltiplas possibilidades especificamente descritas e compreendidas neste e-book, a partir dos anos de 1981 a 2015.

Ademais, enquanto sujeitos históricos e atuantes da sociedade desenvolver pesquisas voltadas e essa temática preconiza possibilidade de uma atuação “diferenciada” sendo capaz de trazer reflexões críticas pautadas no desenvolvimento político, econômico e social.

Cabe aqui também, agradecer aos autores dos diversos capítulos, pelo esforço e dedicação que implicam subjetivamente um objeto de pesquisa e, que se propuseram a retratar de forma tão ética e cuidadosa os aspectos diversos que compõe a esfera política.

Diante disso, esperamos que este e-book possibilite a incursão e anseio de mais pesquisadores para a escrita de trabalhos que agreguem no campo da: Teoria e Prática a Ciência Política, assim como as que estão estabelecidas nesta obra.

Boa leitura!

Kelly Cristina Campones

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	8
EVANGÉLICOS E A DITADURA NO BRASIL: A FAMÍLIA EVANGÉLICA CONTRA O COMUNISMO	
João Luis Binde André Valente do Couto José Vinicius da Costa Filho Ivo Assunção Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.2301828121	
CAPÍTULO 2	24
DEMOCRACIA E CULTURA POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL NO PÓS-1985: TEM A ABERTURA POLÍTICA BRASILEIRA INFLUENCIADO NA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS GAÚCHOS?	
Simone Piletti Viscarra	
DOI 10.22533/at.ed.2301828122	
CAPÍTULO 3	51
CONSTITUIÇÕES DO BRASIL REPÚBLICA: O TRABALHADOR COMO CIDADÃO DE DIREITO À SAÚDE	
Fernanda Cristina Foss De Zorzi Angela Quintanilha Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.2301828123	
CAPÍTULO 4	67
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 COMO JUSTIÇA E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	
Leilianne Francielle Silva, Luis Felipe Andrade Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.2301828124	
CAPÍTULO 5	76
DEMOCRACIA, BUROCRACIA E TECNOCRACIA: TENSÕES DO PROJETO MODERNO	
João Roberto Gorini Gamba	
DOI 10.22533/at.ed.2301828125	
CAPÍTULO 6	94
DEMOCRACIA E REBELDIA POPULAR NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	
Mônica Dias Martins	
DOI 10.22533/at.ed.2301828126	
CAPÍTULO 7	108
EMPRESÁRIOS NA POLÍTICA BRASILEIRA: A RELAÇÃO ENTRE OS RECURSOS SOCIOECONÔMICOS DETIDOS E CARREIRA POLÍTICA DESEMPENHADA, 1990-2015	
Icaro Gabriel da Fonseca Engler	
DOI 10.22533/at.ed.2301828127	

CAPÍTULO 8	126
O BRASIL COMO POTÊNCIA REGIONAL NA AMÉRICA DO SUL: UMA ANÁLISE DA LIDERANÇA BRASILEIRA DURANTE OS GOVERNOS LULA DA SILVA E DILMA ROUSSEFF	
Patricia Nasser de Carvalho Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.2301828128	
CAPÍTULO 9	145
O PODER LEGISLATIVO E A REFORMA INSTITUCIONAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS PROPOSTAS DE EMENDAS CONSTITUCIONAIS	
Lisiane Granha Martins de Oliveira Lucilly Maria Caetano de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.2301828129	
CAPÍTULO 10	172
HERANÇA IBÉRICA, <i>JEITINHO</i> E INSTITUIÇÕES POLÍTICAS BRASILEIRAS	
Leandro do Nascimento Rodrigues Martin Adamec Willian Washington Wives	
DOI 10.22533/at.ed.23018281210	
CAPÍTULO 11	193
MIGRAÇÕES PARTIDÁRIAS, FIDELIDADE E JANELA ELEITORAL: IMPACTO DAS DECISÕES JUDICIAIS NOS PARTIDOS POLÍTICOS	
Juliane Sant'Ana Bento Ana Paula de Almeida Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.23018281211	
CAPÍTULO 12	205
A (DES)ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL DE POLÍTICAS SOCIAIS E DE SEGURANÇA PÚBLICA: UM ESTUDO DOS PROGRAMAS DE GESTÃO SOCIAL EM TERRITÓRIOS PACIFICADOS	
Daniel Ganem Misse	
DOI 10.22533/at.ed.23018281212	
CAPÍTULO 13	222
A ELITE JUDICIAL DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	
José Vinicius da Costa Filho Ernani Rodrigues de Carvalho Neto João Luis Binde André Valente do Couto Thiago Augusto de Oliveira Marinho Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.23018281213	
CAPÍTULO 14	239
POLÍTICA PÚBLICA DE MÉTODOS CONSENSUAIS E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO	
Celso Antônio Coelho Vaz	
DOI 10.22533/at.ed.23018281214	

CAPÍTULO 15	254
MODELOS DE ANÁLISE INSTITUCIONAL: ALTERNATIVAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS PARA SE FAZER POLÍTICA COMPARADA.	
Rafael Câmara	
DOI 10.22533/at.ed.23018281215	
CAPÍTULO 16	269
A EDITORA VOZES, A IGREJA E O REGIME MILITAR NO BRASIL	
Egberto Pereira dos Reis	
Jorge dos Santos Gomes Soares	
DOI 10.22533/at.ed.23018281216	
CAPÍTULO 17	288
A IMPORTÂNCIA DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA	
Lucas Alberto Rosa da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.23018281217	
CAPÍTULO 18	302
CITIZEN COMMUNICATIVE ECOSYSTEM: CONFIGURATIONS OF THE CITIZENSHIPS OF THE GLOBAL SOUTH.	
Sandra Nieto Useche	
DOI 10.22533/at.ed.23018281218	
CAPÍTULO 19	321
CONFLUÊNCIAS E DISSONÂNCIAS ENTRE AS TEORIAS DA DEMOCRACIA DE SCHUMPETER E DAHL: ANÁLISE DAS CRÍTICAS E ALGUNS DE SEUS IMPACTOS	
Alison Ribeiro Centeno	
DOI 10.22533/at.ed.23018281219	
SOBRE A ORGANIZADORA	336

A EDITORA VOZES, A IGREJA E O REGIME MILITAR NO BRASIL

Egberto Pereira dos Reis

Centro Universitário da Fundação
Educativa. Guaxupé, MG, Brasil
Fundação Universitária Vida Cristã,
Mococa, SP, Brasil

Jorge dos Santos Gomes Soares

Fundação Universitária Vida Cristã.
Mococa, SP, Brasil
Centro Universitário da Fundação
Educativa Guaxupé. Guaxupé, MG,
Brasil

RESUMO: A Editora Vozes posicionou-se, no período entre (1972 a 1983), diante do regime militar, com coragem e resistência às atrocidades cometidas pelos militares. A editora tornou-se as “vozes” de muitos, através das diversas publicações que denunciavam e condenavam o regime militar, contribuindo assim, com a redemocratização da sociedade brasileira. A inteligência e o tino editorial dos freis Ludovico e Leonardo Boff que, de um lado, utilizavam-se da influência da imprensa para combater o autoritarismo militar, e, por outro lado, demonstravam a preocupação com a documentação por meio de um livro dessa envergadura, vislumbrando seu valor quanto à compreensão do que de

fato ocorria em tempos de repressão. Ao publicar o livro *Brasil: nunca mais*, que trata sobre os bastidores do regime militar, a editora ofereceu ao público uma edição que se tornou histórica e ao mesmo tempo um documento para a memória de um passado sombrio na vida do país. É de se perguntar o porquê da ousadia da Editora Vozes e do grupo da Revista Eclesiástica Brasileira (REB) em relação ao regime militar e também em relação à Igreja romana, que via com desconfiança as obras sobre a Teologia da Libertação. Como uma editora com esses posicionamentos e o grupo da REB puderam subsistir durante tanto tempo, tendo como “adversários”, por vezes, setores retrógrados e conservadores da Igreja e com regime opressor e violento à espreita.

PALAVRAS-CHAVE: Regime Militar; Editora Vozes, Teologia da Libertação

ABSTRACT: In the period between 1972 and 1983, Editora Vozes stood before the military regime with courage and resistance to the atrocities committed by the military. The publishing house became the “voices” of many, through the various publications that denounced and

condemned the military regime, thus contributing to the redemocratization of Brazilian society. The intelligence and editorial skills of friars Ludovico and Leonardo Boff, who, on the one hand, used the influence of the press to combat military authoritarianism, and, on the other hand, showed concern for documentation by means of a book of this magnitude, glimpsing its value in understanding what actually occurred in times of repression. In publishing the book *Brazil: Never Again*, which refers to the backstage of the military regime, the publisher offered the public an edition that became historical and at the same time a document for the memory of a dark past in the life of the country. It is necessary to ask the reason for the audacity of Editora Vozes and the group of the Brazilian Ecclesiastical Magazine (REB) in relation to the military regime and also in relation to the Roman Church, which distrusted works on Liberation Theology. As a publishing house with these positions and the group of the REB could survive for so long, having as “opponents”, sometimes, backward and conservative sectors of the Church and with **an** oppressive and violent regime lurking.

KEYWORDS: Military Regime; Editora Vozes, Liberation Theology

1 | INTRODUÇÃO

Para compreendermos a importância da Revista REB, realizamos um estudo, ainda que breve, da Editora Vozes, especialmente dos atores que estiveram envolvidos no seu processo de expansão e amadurecimento, como uma editora de penetração nos mais diversos campos do saber. O foco, evidentemente, é o do periódico, que, das suas páginas, emergem importantes questões, debates, interesses, e mostra-se como um lugar privilegiado para refletir e lançar luzes a uma nova concepção de mundo.

O tema da libertação tornou-se uma disputa não só semântica, mas um “campo de batalha”, que envolve posicionamentos de caráter ideológico propondo mudanças profundas, principalmente na instituição eclesial. A libertação torna-se a chave de leitura para a realidade, portanto abre-se ao diálogo com o mundo, com a ciência e com a cultura contemporânea. Mais do que isso, a libertação propicia superar a pobreza, mediante a economia e a política. Outra temática importante e delicada foi a questão dos direitos humanos. Esta não seria tão problemática se estivesse num regime democrático.

No entanto, os direitos humanos foram tratados dentro do regime militar, que procurava silenciar, em nome da segurança nacional, os subversivos. O grupo da REB tratou de verificar de forma contemporânea a posição eclesial com relação ao regime de exceção. Foi detectado que a Igreja num primeiro momento se posicionou a favor e, num dado momento, parcela da instituição eclesial se colocou contra o regime. No entanto, é interessante observar que por vezes a Igreja agia de forma ambígua, principalmente os conservadores, que apoiavam ou se omitiam diante

de torturas, perseguições e cerceamentos de liberdade. Estas posturas ditatoriais são contrárias à essência do cristianismo; portanto, leva-se a acreditar que os interesses eclesiais e pessoais de poder, prestígios e atitude de subserviência estavam acima dos interesses humanos.

2 | A EDITORA VOZES

A administração da era Ludovico (1962 - 1986), foi dinâmica e, do ponto de vista comercial, moderna e ousada. Frei Ludovico, abandonou o amadorismo, cercou-se de profissionais de diferentes áreas para a editora crescer e tornar-se uma das mais respeitadas editoras brasileiras. Nesse período, a editora espalhou-se pelo território brasileiro, com diversas filiais. A propaganda era “agressiva” e a abertura editorial tornou-se um dos elementos principais para a sua expansão. De editora católica, a Vozes tornou-se um centro de difusão cultural e intelectual. As publicações não só se multiplicaram como cresceu a diversidade de temas, assuntos e problemáticas, que fizeram da Vozes uma editora multicultural e quiçá secular.

A administração de Frei Ludovico marcou a Editora Vozes, com uma administração inovadora, aberta e corajosa, frente aos desafios dentro e fora do mundo eclesiástico.

Sua gestão marcou a história da Editora Vozes em vários sentidos: pela sua relação com os funcionários; pela formação de um competente grupo de assessores; pelos investimentos em um editorial cultural e religioso caracterizados pela ousadia e a pluralidade; pela expansão do parque gráfico e da rede de filiais da Editora; e por sua postura firme na defesa das opções da Editora frente às dificuldades encontradas com setores conservadores da Igreja e a repressão do governo militar (ANDRADES, 2001b p. 118).

Frei Ludovico se cercou de competentes profissionais: na área da contabilidade, contou com Antônio Lázaro Ferreira; na assessoria jurídica, com o Dr. Manuel Machado dos Santos, “advogado de renome e professor da Universidade Católica de Petrópolis” (ANDRADES, 2001b, p. 127); no setor comercial, contou com José Klôh Filho, ambos leigos, que agora faziam parte da cúpula da Editora Vozes.

Talvez o grande marco tenha sido a entrada de uma mulher na editora, Rose Marie Muraro, como produtora cultural e que havia trabalhado com o Pe. Hélder Câmara na CNBB (ANDRADES, 2001b). O que chama a atenção é que a mulher em questão é uma feminista, que publica livros “polêmicos” dentro da editora de uma instituição tradicional e conservadora. A Editora Vozes torna-se uma editora católica progressista, segundo Löwy (2000), quando desempenha o papel de transmissora de um conhecimento diversificado, inovador e refinado intelectualmente.

Como atesta Andrades (2001b), Rose Marie Muraro não só trabalhou como

editora, dialogando com pesquisadores e intelectuais, como também se tornou uma importante escritora dentro da editora. A sua vocação como escritora aconteceu por força de dois personagens dentro da Igreja. Primeiro pelo Papa João XXIII, que afirmou ser «este é o século da libertação dos países subdesenvolvidos, da classe operária e das mulheres» (MURARO, 2000. p. 118), e frei Ludovico, que a incentivou a escrever sobre as mulheres, por ela ter conhecimento de causa, pelo simples fato de ser mulher. Com o impulso de um Papa «progressista» e de um frei inovador, à frente de seu tempo e com coragem, abriam-se as portas da Editora Vozes para um contato da Igreja com as mais diversificadas elaborações intelectuais contemporâneas.

De fato, “Frei Ludovico e seus sucessores, como Rose Marie Muraro, elevaram a Vozes à categoria de uma das maiores e melhores editoras culturais do país” (ANDRADES, 2001b, p. 129). A própria Rose Marie Muraro, em uma entrevista ao Jornal Folha da Região Online, em Araçatuba - SP, comenta sobre frei Ludovico.

Frei Ludovico foi um gênio, foi quem nos fez, a mim e ao Leonardo Boff. Foi o padre franciscano mais ousado do Brasil. Foi ele que fez da Vozes a segunda editora do Brasil nos anos 70, que segurou o Vaticano, que segurou os militares (durante a ditadura), porque era muita gente contra nós. E foi por causa dele que fizemos tudo o que fizemos. Eu fui editora da Vozes durante 17 anos, ao lado de Leonardo Boff, tendo frei Ludovico como “patrão”¹

Houve, nesse período, a modernização do parque gráfico, a implantação de um sistema de informática para controlar estoque, vendas e compras. No setor editorial, a Editora Vozes tornar-se-ia uma grande potência, com publicações “nas áreas de Antropologia, Economia, Administração, Educação, Comunicação, Tecnologia, História, Filosofia, Línguas, Linguística, e Teoria Literária” (ANDRADES, 2001a, p. 148 - 149). Intelectuais brasileiros como Darcy Ribeiro, Fernando Henrique Cardoso, Mattoso Câmara, Nelson Sodr e, Florestan Fernandes, Leonardo Boff, Rubem Alves, Octavio Ianni, Luis Carlos Bresser Pereira, entre outros, publicaram pela editora, que se expandia e ganhava crédito no campo intelectual.

Com a influência desses intelectuais, a Editora Vozes passou a traduzir e publicar obras de Michel de Foucault, Claude Lévi-Strauss, Noam Chomsky, Roland Barthes, Peter Berger, Umberto Eco, Roland Corbisier, Peter Drucker, Pierre Furter, Paul Ricouer, Júlia Kristeva, Carl Gustav Jung, Immanuel Kant, Bronislaw Malinowski. Rollo May, Tzvetan Todorov, Victor Turner, Irwing Goffman e Herbert Schiller, entre outros (ANDRADES, 2001a, p. 149).

O fato da Editora Vozes publicar obras de intelectuais brasileiros bem como de estrangeiros demonstra a importância que a Editora Vozes atribui ao desenvolvimento e propagação do conhecimento. A Editora Vozes, com o dinamismo e visão de frei Ludovico não se fechou ao mundo religioso, mas teve a abertura necessária para que a

¹ <http://www.folhadaregiao.com.br/jornal/2003/10/19/cad207.php?PHPSESSID=448767c56f-4f5656e0e7bbd320619d7a>.

editora se tornasse uma das mais importantes e expressivas no Brasil. Evidentemente, a abertura feita por frei Ludovico trouxe desconforto e reprovação de algumas pessoas, pelo fato da Editora publicar livros diversificados. Sentimento que pode ser percebido por frei Boaventura em uma entrevista.

A Vozes começou a publicar livros que não eram nada religiosos, livros que eu acho que a Editora Vozes nem publicar não devia e publicava; livros de protestantes. Hoje em dia, por exemplo, você vai lá tem um livro, o autor chama-se Moltman mas não diz que aquele autor é protestante. Você fica sem saber se esse Moltman é católico. É um livro sobre teologia, mas se um leigo quer comprar Moltman, ele pensa: “Bom, a editora é católica, então Moltman, também é católico”. Mas não é. A Vozes acaba publicando livros que a gente não fica sabendo se está comprando um livro católico ou um livro protestante (ANDRADES p. 93-94, 2001b).

Além da reprovação dos setores conservadores da Igreja com relação às publicações, havia também a repulsa de algumas pessoas envolvidas nesse processo de transformação e renovação da Editora Vozes. A não uniformidade de ideias e de pessoas do mesmo “gueto” gerou rejeição, principalmente por uma mulher, num ambiente extremamente masculino, se não machista.

O Frei Ludovico naturalmente introduziu uma nova mentalidade. Ele tinha sido provincial e por isso eu o venerava. Era um provincial muito sério, muito severo, da ala administrativa, vindo da Alemanha. De repente, foi nomeado diretor da Editora Vozes, num momento em que a editora estava em dificuldades econômicas. Frei Ludovico foi lá e tomou as rédeas na mão. Ele foi um diretor de peso, mas se deixou se levar por outras pessoas que eu não apreciava, sobretudo havia lá uma senhora, uma tal Muraro. Ela era sem dúvida nenhuma inteligente e queria levar as coisas e Frei Ludovico se deixou guiar um pouco por essa mulher e eu não gostava. Então isso me distanciou de Frei Ludovico. Claro, ele era o diretor, eu sempre o respeitei, mas por causa dessa Muraro eu fiquei mais distanciado. Depois veio o Leonardo com as mesmas ideias ou mais até do que a Muraro e o Ludovico abraçou os dois, a Muraro e o Frei Leonardo, e eu fiquei fora, não participei. (ANDRADES, p. 90-91, 2001b).

Frei Ludovico era respeitado, inovador e foi coerente com sua proposta de mudanças dentro da Editora, apesar das contrariedades causadas por sua administração. Para termos uma ideia, vamos analisar um pequeno percurso de publicações.

Alguns livros merecem ser destacados, como os que tratam sobre o universo feminino: *Mulher na construção do Futuro*, *Mulher na construção do mundo do futuro*, *Automação e o futuro do homem*, de Rose Marie Muraro. Livros que tratam basicamente da relação de opressão dos países desenvolvidos em relação aos países subdesenvolvidos. Essa opressão se dá principalmente nos campos econômico, político, social e cultural. De forma análoga, ela trata da opressão masculina sobre a mulher e inaugura um “movimento feminista” no Brasil. Esse movimento feminista, ou a elaboração intelectual efetuada por Muraro, se dá na valorização da mulher de frente ao homem, a superação da submissão feminina, procurando libertar-se do estigma da mulher “escrava” e por vezes fútil (MURARO, 1983).

O que chama a atenção é como a editora abordou temas sobre a sexualidade. Tema tabu dentro da Igreja, por ser pecaminoso. O livro *Sexualidade da Mulher Brasileira*, com o subtítulo *Corpo e Classe Social no Brasil*, que foi fruto de uma pesquisa de campo, feita sobre a coordenação de Rose Marie Muraro, com a contribuição de Yeda Wiarda, Maria Bethânia Dávila, Sônia Correa e Albertina Duarte. O livro é consequência de entrevistas feitas com as classes dominantes da capital carioca, que serviam de modelos às telenovelas que entravam nas casas das famílias brasileiras.

Ainda a editora publicou o livro *Mística Feminina*, de Betty Friedan, *Mulher: objeto de cama e mesa*, de Heloneida Studart, *De Mariazinha a Maria*, de Sandra Mara Herzer e *Conversando sobre sexo*, de Marta Suplicy (ANDRADES, 2001b). O último livro teve grande repercussão e foi um marco na editora, pois abordava temas como puberdade, virgindade, masturbação, fecundação, anatomia sexual, gravidez, disfunção sexual e homossexualidade, dentre outros. Assuntos ligados à sexualidade, o que demonstrava maturidade e compromisso de uma editora com todas as realidades humanas.

A Editora Vozes adquiriu um perfil de vanguarda nacional, estabeleceu guerras de posição, especialmente nesse período, para surgimento e manutenção do ideário de forma intensa. Para a comemoração dos setenta anos da Editora (1971), frei Ludovico manifestou o desejo de convidar uma personalidade internacional, do mundo literário, que pudesse fazer conferências em todo o país. Foi quando Rose Muraro sugeriu o nome de Betty Friedan², feminista conhecida que, chegando ao Brasil, ganhou as manchetes dos principais órgãos de comunicação e concedeu entrevista à Rede Globo e à revista *Veja* (ANDRADES, 2001b). No livro *A Mística Feminina* (1971. p. 7), Rose Marie Muraro faz a apresentação e comenta que:

Pela primeira vez na história dos Estados Unidos, neste livro, Betty Friedan, psicóloga e escritora, denuncia a manipulação da mulher americana pela sociedade de consumo. Contudo, a denúncia de Friedan não se aplica apenas aos Estados Unidos. Com a costumeira defasagem, a sociedade brasileira também se aproxima dos padrões mais elevados do consumo, principalmente nas grandes cidades. O problema por ela levantado começa, também, a ser o problema da mulher brasileira urbana.

Vale salientar que as ações do feminismo de Betty Friedan têm um caráter de denúncia ao capitalismo, a forma de vida da mulher norte-americana que se submete a um comportamento que o mercado lhe impõe. Este comportamento imposto é a valorização da mulher que cuida da sua feminilidade, a dona de casa, que cuida de todos os afazeres, incluindo o marido e os vários filhos, como um modelo ideal de mulher. As mulheres nos anos 60 e 70 eram orientadas por:

Especialistas ensinavam-lhe a agarrar seu homem e a conservá-lo, a amamentar os filhos e orientá-los no controle de suas necessidades fisiológicas, a resolver problemas de rivalidade e rebeldia adolescente; a comprar uma máquina de lavar pratos, fazer pão, preparar receitas requintadas e construir uma piscina com as próprias mãos; a vestir-se, parecer e agir de modo mais feminino e a tornar seu casamento uma aventura emocionante; a impedir o marido de morrer jovem e aos

² Betty Friedan foi uma famosa feminista norte-americana que abordou a relação da mulher com o mundo capitalista e como este a usava em momentos de crise.

Os livros eram diversificados, os assuntos os mais variados possíveis. No catálogo constavam livros religiosos e universitários (ANDRADES, 2001a). O livro *O Acaso e a Necessidade* do biólogo Jacques Monod, cujo tema era a filosofia natural da biologia moderna, foi de grande aceitação dentro do mundo acadêmico. O livro trata de uma questão fundamental na filosofia, que é o lugar do homem dentro do universo. Porém, é um livro que causou espanto, pois o autor sustenta a teoria de que a vida é fruto do acaso, o que contraria o criacionismo. Mais contrariados ficaram alguns membros eclesiais, por não aceitarem que uma editora “católica” viesse a publicar um livro com esse teor.

Foram lançados os livros de Leonardo Boff como: *Jesus Cristo Libertador*, em 1972, um dos marcos na produção intelectual sobre a Teologia da Libertação, especificamente na área de Cristologia no Brasil e, em 1982, a obra *Igreja: Carisma e Poder*, que rendeu ao autor sanções por parte do Vaticano. (ANDRADES, 2001b). Estes causaram polêmicas dentro da Igreja. O primeiro livro trata de dois temas polêmicos: o primeiro tema é sobre o Jesus histórico, que teve dor, fome, raiva, riu, amou, chorou e que, ao longo da vida, foi compreendendo e adquirindo consciência de que era o Messias, filho de Deus³. O segundo tema aborda o Jesus da fé, isto é, interpretado pela comunidade nascente que faz uma leitura teológica sobre a vida e os atos do Cristo, à luz do evento Pascal. Leonardo Boff foi acusado de negar a divindade de Jesus Cristo e esvaziar o sentido transcendental da fé.

O segundo livro aborda uma eclesiologia que reflete, dentre outras coisas, a estrutura hierárquica da Igreja. Aborda o que significa de fato poder dentro das estruturas eclesiais. São tratadas temáticas como: a violação dos direitos humanos dentro da Igreja, patologias e sanidade em sua estrutura, o papel do leigo e se, de fato, o “fundador” da Igreja, Jesus Cristo, quis esse tipo de estrutura hierárquica vigente ainda hoje. Como a Igreja usa um modelo de organização estatal com base no império romano, que nada tem a ver com o proposto no evangelho, o livro propõe a conversão da hierarquia, com o poder como sinônimo de serviço e doação e não de opressão e exclusão. Questões ligadas ao poder são as mais delicadas em todos os setores da sociedade e dentro da Igreja não é diferente. Esse livro, por questionar o poder constituído, rendeu-lhe mais problemas que o anterior, que tratava de assuntos doutrinários.

3 Existe um debate na teologia se Jesus, desde a sua infância, tinha pleno conhecimento de sua divindade. Alguns sustentam que sim, ele já tinha consciência desde criança; outros alegam que essa consciência foi sendo adquirida ao longo de sua vida.

3 | A EDITORA VOZES E O REGIME MILITAR

A Editora Vozes posicionou-se diante do regime militar, com coragem e resistência às atrocidades cometidas pelos militares. A editora tornou-se as “vozes” de muitos, através das diversas publicações que denunciavam e condenavam o regime militar, contribuindo assim, com a redemocratização da sociedade brasileira.

Quando só o reverendo Jaime Wright e eu éramos os únicos a sabermos da publicação do: *Brasil: nunca mais*, (mesmo o texto estando pronto, ninguém mais estava a par do que havia sido feito e de como havia sido feito, só o reverendo Wright e eu), então nós combinamos que seria publicado pela editora Brasiliense, pela qual eu já tinha publicado alguns livros, que tinham uma enorme saída. Então eu fui falar com o Diretor, ele leu o texto, ficou muito comovido, e disse que não tinha coragem de publicá-lo porque provavelmente seria confiscado, ele seria preso, etc. Bom, eu não fui mais a outros. Depois, o frei Ludovico veio me ver, a meu pedido, então eu ofereci a frei Ludovico e ele mandou que o Leonardo Boff lesse o livro, e o Leonardo logo disse: o livro deve ser publicado, porque é um livro histórico, que vai marcar época em toda a história do Brasil, e vai ser um dos livros mais indispensáveis para entender o que se passou com o golpe militar (ANDRADES, p. 69-70, 2001b).

A inteligência e o tino editorial dos freis Ludovico e Leonardo Boff que, de um lado, utilizavam-se da influência da imprensa para combater o autoritarismo militar, e, por outro lado, demonstravam a preocupação com a documentação por meio de um livro dessa envergadura, vislumbrando seu valor quanto à compreensão do que de fato ocorria em tempos de repressão. Ao publicar o livro *Brasil: nunca mais*, que trata sobre os bastidores do regime militar, a editora ofereceu ao público uma edição que se tornou histórica e ao mesmo tempo um documento para a memória de um passado sombrio na vida do país.

Brasil: nunca mais, foi uma das obras mais importantes publicadas pela Vozes no período. A partir de relatos de processos recolhidos nos arquivos do Superior Tribunal Militar, o livro denuncia 283 formas diferentes de torturas praticadas em 242 locais do território brasileiro pelo sistema repressivo instalado com o regime militar de 1964. A decisão de publicar esse livro ilustra a coragem e o compromisso de Frei Ludovico e seus assessores com a verdade (...) (ANDRADES, p. 90, 2001b).

Tanto este último livro quanto os demais, que foram citados aqui, são apenas uma pequena amostragem de como a Editora Vozes, com frei Ludovico, Leonardo Boff e a Rose Marie Muraro, alcançaram um prestígio editorial que poucas editoras conseguiram. Aliado ao trabalho de redatores, escritores e dirigentes, desempenharam o papel de intelectuais comprometidos organicamente com a sociedade. Gramsci entendia a importância da imprensa e, em particular, dos periódicos, como vimos anteriormente, como meio de atuação política e instrumento para a transformação do mundo. De fato, a Editora Vozes favoreceu o debate nas mais diversas áreas do saber e, na política, foi decisiva nesse período em temas polêmicos que, por vezes, tivera a rejeição de setores conservadores da Igreja e da sociedade (TANNÚS, 2008).

Além disso, a Editora Vozes, bem como a REB, com aliados como, por exemplo, o cardeal Paulo Evaristo Arns, homem de inteligência, coragem e perspicácia, que percebia os perigos do regime, não se atrelava e nem era subserviente com o poder vigente e ilegítimo.

Mas o Frei Ludovico foi extremamente esperto. Ele me obrigou a assinar um documento onde toda a responsabilidade pelo que se publicava não era da Editora Vozes, mas era minha, pessoal. Eu não queria onerar a Arquidiocese de São Paulo, apesar de ser Arcebispo Metropolitano e de ter todo o Conselho de Presbítero e o Conselho de Leigos a meu favor, mas eles não sabiam do livro, então eu assumi sozinho a responsabilidade e, de fato, tive dois processos (ANDRADES, p. 70, 2001b).

Nesse cenário, observa-se uma postura interessante, entre o diretor/ editor da Editora Vozes com alguns personagens do grupo da REB. Além da questão comercial de livros e revistas, a editora tinha um papel social importante. Podemos compreender esse aspecto, quando Gramsci afirma que a imprensa, e especificamente o periódico, torna-se um centro difusor de ideias, em que ocorrem as batalhas e as práticas políticas são divulgadas (COUTINHO, 1999).

É de se perguntar o porquê da ousadia da Editora Vozes e do grupo da REB em relação ao regime militar e também em relação à Igreja romana, que via com desconfiança as obras sobre a Teologia da Libertação. Como uma editora com esses posicionamentos e o grupo da REB puderam subsistir durante tanto tempo, tendo como “adversários”, por vezes, setores retrógrados e conservadores da Igreja e com regime opressor e violento à espreita.

A Editora Vozes publicou uma coleção chamada Teologia e Libertação. O cardeal Paulo Evaristo Arns, ao comentar sobre essa coleção, fornece pistas para compreender como a editora se manteve.

É, na Teologia da Libertação eu devo confessar a você que eu não estava mais na Editora Vozes, porque eu fui feito bispo em maio de 66, mas tinha sido enviado a Roma em fevereiro de 66, para adaptar as Constituições Franciscanas ao texto do Concílio Ecumênico. Então, eu estive fora desde fevereiro de 1966 e não voltei mais para a Editora Vozes. Só que depois, a Editora Vozes me pediu, por intermédio do Bispo de Petrópolis, que eu desse o *Imprimatur* dos livros da Teologia da Libertação, porque eles eram muito observados ou criticados por diversas correntes da América Latina, que tinham muita influência em Roma. Então, um *Imprimatur* dado por um Cardeal, e dado em São Paulo, e dado após o exame da Comissão da Doutrina da Fé da CNBB, tinha um grande valor, um valor quase definitivo. Mesmo mais tarde quando um dia o Secretário do Papa me chamou para conversarmos a esse respeito, ele sempre dizia que, figurando o meu nome como aquele bispo que deu o *Imprimatur*, então era muito respeitado, porque eu mandava observar estritamente aquilo que a Comissão de Doutrina recomendava, eu dizia que o autor poderia falar comigo em caso de dúvida, mas que não poderia nunca fugir ao que a Comissão de Doutrina achasse útil naquele momento, porque Teologia e Magistério andam juntos (ANDRADES, p. 67, 2001b).

Assim, A Editora Vozes e, conseqüentemente, o grupo da REB tiveram vida longa. Evidentemente que frei Ludovico, para a editora, foi peça fundamental, mas existiu todo um cenário que foi favorável a esse sucesso. Houve cumplicidade e

fidelidade incomum a uma causa maior. O que podemos concluir é que alguns aspectos convergentes contribuíram para esse sucesso:

- um ideário que os motivava, a teologia da libertação e sua causa: a opção preferencial pelos pobres;
- a administração dinâmica, com publicações diversificadas e marketing, trouxe respeito e prestígio para a editora;
- o sucesso administrativo e a entrada de capital, que tornaram a Editora Vozes e Frei Ludovico com poder e, portanto, respeitáveis;
- o apoio da CNBB, que foi fundamental, já que “em nenhum outro país aconteceu que a maioria da Conferência Episcopal manifestasse, de maneira prudente, sua simpatia pela teologia da libertação” (LÖWY, 2000, p. 230);
- o apoio e adesão da alta hierarquia da Igreja como Cardeais, Paulo Evaristo Arns, Aloísio Lorscheider e seu primo Ivo Lorscheider, além de bispos como Helder Câmara, Luciano Mendes de Almeida. Pedro Casaldáliga, entre outros.

Gramsci, de fato, ajuda-nos a entender o papel da imprensa e, particularmente, das revistas quando elas se tornam um órgão difusor de uma nova mentalidade e cultura (COUTINHO, 1999), como a Teologia da Libertação. Assim, a chamada “reforma intelectual e moral”, dentro da sociedade, pelas mudanças culturais e políticas, dá-se de forma particular pelas guerras de posição, demarcação de espaços, isto é, pelas ideias que foram posicionadas nos periódicos. Identificamos algumas batalhas travadas no período em que Frei Ludovico esteve à frente da editora, informação necessária para compreender nossa pesquisa.

4 | A REB E O REGIME MILITAR

Editora Vozes se manteve, de forma “subversiva” num ambiente conservador e defronte ao regime militar; a acentuação da liderança de Leonardo Boff como redator. Primeiro deparamo-nos com a mentalidade de militância e, conseqüentemente, de grupo quando o redator felicita Dom Paulo Evaristo Arns, quando este é elevado à condição de cardeal. (EDITORIAL, 1973a, p. 03). O cardeal Arns, “por longos anos colaborou com a revista e militou com o grupo de professores de Petrópolis que a mantêm” (EDITORIAL, 1973a, p. 03). A militância por parte de membros da Igreja, especialmente pelo alto clero, representada na pessoa de um cardeal, refere-se à tomada de posição, em especial de um grupo. Este posicionar-se é constatado em situação de conflitos, em particular, com o regime militar, e também demonstra a sua relação com um grupo de professores, os intelectuais de Petrópolis, isto é, da REB.

Na famosa obra *Brasil Nunca Mais*, é narrada a postura do cardeal Arns em relação ao regime militar: “o recém-empossado arcebispo de São Paulo, D. Paulo

Evaristo Arns, pôde avistá-los no DOPS, constatando serem vítimas de ‘ignominiosas torturas’, conforme registrou na homilia lida e afixada nas igrejas da Arquidiocese no domingo seguinte” (BRASIL, 1985, p. 152). As referidas vítimas são Padre Giulio Vicini, que levava consigo uma “matriz para imprimir panfletos denunciando ‘Prisões em massa de Operários em Mauá e Santo André’” (BRASIL, 1985 p. 152), e da leiga Yara Spadini que, quando presa, portava “um jornalzinho intitulado ‘*Luta Metalúrgica*’” (BRASIL, 1985, p. 152).

Foram vários os atingidos e perseguidos pelo regime militar que, com sua neurose anticomunista, se posiciona “contra tudo e todos” (BRASIL, 1985, p. 85): os partidos de esquerda, os dissidentes das forças armadas, os movimentos sociais, sindicalistas, estudantes, políticos, jornalistas e religiosos. Uma das curiosidades do regime militar são as chamadas “atividades visadas” (BRASIL, 1985 p. 155), que ofereciam uma longa margem de interpretação para que os agentes de segurança pudessem atuar sobre os suspeitos de serem contrários ao regime. A primeira atividade visada era daqueles que mantinham vínculos com o governo anterior, isto é, ministros, prefeitos, vereadores, diplomatas ou quaisquer pessoas que manifestassem pensamentos contra ideológicos. Outra atividade suspeita é a chamada “Propaganda Subversiva” (BRASIL, 1985 p. 159), conceito utilizado abusivamente pelos militares, “como se ele tivesse um conteúdo absoluto, invariável, sagrado” (BRASIL, 1985, p. 152). Assim, é possível compreender que essa noção de “subversão” aplicava-se a uma diversidade de atividades que eram logo associadas a manifestações comunistas. Dessa forma, a “subversão” teve grande impacto na imprensa, na arte e na cultura como “aulas, atividades artísticas, publicações, edição de livros, panfletagens e pichamentos de paredes” (BRASIL, 1985, p. 159).

A terceira atividade suspeita é a “Crítica à autoridade”, na qual o Estado, ou como chamavam, a Segurança Nacional, teria “sido violada por palavras e atitudes de cidadãos que teceram críticas, ofensas ou ataques a autoridades constituídas” (BRASIL, 1985, p. 164). Em nome da Segurança Nacional, foi utilizado o autoritarismo, nos mais remotos lugares do território nacional ou nos grandes centros. O interessante foi como esta atividade se torna abrangente.

O conceito de autoridade se tornou tão elástico, nessa utilização da LSN (Lei de Segurança Nacional) como porrete de brigas interioranas, que houve casos em que um mero funcionário do Departamento de Estrada e Rodagem figura como investido de tal condição (BRASIL 1985 p. 164).

Ainda com relação ao regime militar, é destacado no editorial que o conceituado teólogo belga, José Comblin, “que no exílio muito ama o Brasil⁴, conclui seus três estudos sobre a Atualidade da Teologia da Missão” (EDITORIAL, 1973c, p. 545). Na revista de dezembro de 1974, é feita uma referência ao citado teólogo acima. “Embora

4 Provavelmente é uma referência ao slogan “Brasil, ame ou deixe-o”, muito utilizado na época do regime militar.

não lhe sendo mais permitido viver no Brasil, J. Comblin continua a amar a Igreja que aqui vive e sofre” (EDITORIAL, 1974d, p. 769).

A atuação por parte da Igreja libertadora ganhou grandes proporções, na REB, reveladora de algumas denúncias e, ao mesmo tempo, com artigos que relatam denúncias feitas em diversas partes do país e do exterior. Dessa forma, mostra a posição de muitos membros da Igreja, seja do clero ou de leigos.

No ano de 1975, os bispos do Estado de São Paulo publicaram o documento: *Não oprimas teu irmão*, afirmando: “manifestamos nosso desejo de colocarmo-nos sempre ao lado dos que estão sofrendo e de caminharmos juntos com todos os grupos e instituições que lutam pelo respeito da pessoa humana em nosso país”. Realmente a Igreja, na pessoa de D. Angélico Sândalo Bernardino, bispo auxiliar de São Paulo, demonstra que a instituição eclesial está do lado dos que sofrem, ao falar em sua homilia sobre a morte do metalúrgico Manuel Fiel Filho.

Não é lícito, diante de fato lamentável como a morte de Manuel, descarregar a responsabilidade pelo acontecimento num carcereiro ou general, quando, sem excluir culpas pessoais que devem ser provadas, o grande mal nasce da dupla ordem (que não passa de desordem) existente no país: ordem institucional e ordem constitucional, tendo-se aviltado, inclusive, no sistema, o poder judiciário (AZZI, 1977a, p. 136).

Além disso, as denúncias eram feitas em outros países, como a revista *L'Express*, da França, em que D. Helder Câmara relata:

Quando há uma herança de miséria, os povos se deixam arrastar pelo fatalismo. Começamos a querer movimentar. A fazer movimentar os outros. E eis a divergência central na apreciação das realidades. O governo reconhece que as condições são subumanas, mas ele diz que precisa de tempo. Ele pensa que, se nós pedimos ao povo que abra os olhos, somos agitadores, fazemos o jogo dos comunistas. Nós, nossa posição é radicalmente diferente. Dizemos: está escrito na Bíblia - mas nós o esquecemos - que Deus criou o homem segundo a sua imagem. E que ele o encarregou de dominar a natureza e concluir a criação (AZZI, 1977a, p. 137).

Os bispos e muitos outros membros do clero contribuíram com suas denúncias quanto às mazelas do regime militar. Na ânsia em estar com o povo e lutar pela libertação, foram publicados alguns documentos que demonstram o esforço de uma parcela da Igreja em favor dos direitos humanos.

- *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. 10 de outubro de 1971. D. Pedro Calsadálga, bispo de São Félix, Mato Grosso.
- *Testemunho de Paz. Declaração conjunta do episcopado paulista*. Brodósqui, 8 de junho de 1972.
- *Ouvi os clamores de meu povo*. Documento de bispos e superiores religiosos do Nordeste, 6 de maio de 1973.
- *Marginalização de um povo*. Declaração dos bispos do regional Centro-Oeste, 6 de maio de 1973.

- *Y - Juca Pirama. O índio, aquele que deve morrer.* Documento assinado por bispos e missionários da Amazônia, 25 de dezembro de 1973.
- *Não oprimas teu irmão.* Documento do episcopado paulista. Itaici, 30 de outubro de 1975.
- *Comunicação pastoral ao Povo de Deus.* Documento dos Bispos da Comissão Representativa da CNBB. Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1976 (AZZI, 1977a, p. 121).

Nesse período, os bispos lançaram diversos documentos e declarações, “tomando atitudes em defesa dos prisioneiros políticos, em defesa da liberdade de palavra: em defesa dos direitos individuais de cada cidadão; em defesa da classe operária; em defesa dos camponeses e das populações indígenas” (AZZI, 1977a, p. 121).

Na REB, na seção de Crônicas, verificam-se muitos relatos sobre abordagens, maus-tratos, torturas e mortes por parte dos agentes do Estado, sempre em nome da segurança nacional. Numa dessas crônicas intitulada *O sacrifício do Pe. João Bosco*, narra como aconteciam essas atrocidades.

Outro episódio de violência voltou a traumatizar a opinião pública, não só do Brasil como de todos aqueles que, no exterior, se interessam e lutam pela defesa dos direitos humanos. Desta vez foi a morte violenta do Pe. João Bosco Penido Burneir, jesuíta, missionário, que há dez anos se dedicava aos índios Bacairi, na Prelazia de Diamantino, MT, e era coordenador do CIMI (Conselho Indígena Missionário) no norte de Mato Grosso. Foi morto na delegacia de polícia de Ribeirão Bonito, povoado de São Félix no município de Barra do Garças, quando tomava a defesa de duas mulheres maltratadas pelos soldados (CRÔNICAS, 1976d, p. 966).

Episódios⁵ como estes, são relatados nas páginas da REB e, como se sabe eram frequentes em diversas localidades no Brasil. Diante dos acontecimentos, há, na REB, um posicionamento e denúncias de abusos que violem os direitos humanos em diversas esferas do Estado, seja em pequenos litígios ou nas altas esferas do poder, onde há suspeita de subversão.

Na revista do mês de março de 1977, portanto, a primeira do ano, em sua capa vermelha vem estampado o título: *Direitos Humanos e Evangelização*. À exceção da Comunicação feita por Eduardo Hoornaert⁶, todos os Artigos e Comunicações versam, explicitamente, sobre a temática dos Direitos Humanos. O editorial, que aqui analisamos, demonstra os interesses desse grupo de intelectuais sobre a problemática e, ainda mais, sobre a violação desses direitos, prática recorrente no Brasil autoritário.

Nesses últimos anos, a Igreja assumiu uma reconhecida liderança na defesa dos direitos inalienáveis da pessoa humana, seriamente comprometidos pelas práticas impostas pelo regime vigente no país desde 1964. Não que somente agora a Igreja viesse a denunciar violações dos direitos do cidadão. Nossa história pátria, que

5 A fim de fornecer maior esclarecimento sobre o assunto, a revista de junho de 1976, relata outro ato de extrema violação aos direitos humanos. “Os métodos brutais de interrogatório aplicados pela polícia de São Paulo provocaram a morte do operário Manuel Fiel Filho, metalúrgico que fora levado ao DOI/CODI para averiguações. Mais tarde a polícia divulgou a versão de que o operário se havia suicidado na prisão (idêntica manobra se aplicara à morte de Wladimir Herzog c.f REB 1975, p. 951-952). Mas essa versão foi contestada, por exemplo, por diversos bispos auxiliares da cidade paulista, como Dom Angélico Sândalo Berardino” (CRÔNICAS, 1976b, p. 453).

6 “Para uma História da Igreja no Brasil”

conheceu a escravatura, testemunha o quanto tem sido difícil manter a coerência entre mensagem evangélica e práticas sociais discriminadoras. Mas não se pode negar que nos últimos anos a consciência cristã revelou aguda sensibilidade na defesa dos direitos humanos como uma tarefa da própria evangelização (EDITORIAL, 1977d, p. 03).

Assim, constatamos o diálogo constante com as diversas ciências, fundamentando, neste caso específico, os direitos humanos e, concomitantemente, tendo cuidado em não se atrelar a uma visão idealista, para que o regime militar não faça dos próprios direitos humanos uma ferramenta de legitimação contra esses direitos fundamentais. A propósito dessa questão ideológica, o teólogo uruguaio Juan Luis Segundo (1977a, p. 101) explicita em seu artigo:

E isto me leva a outro aspecto, talvez o mais desumano e antievangélico da defesa atual dos direitos humanos. Introjaram em nós mesmos uma culpabilidade alheia. Porque mesmo nós, nos países pobres, caímos na arapuca ideológica de imaginar que, por uma tara genética dos países latino-americanos, todas as nossas autoridades são propensas à prepotência, ao sadismo, à tortura. E que os países ricos, dotados provavelmente de melhor carga genética, nos dão o exemplo de como o homem é respeitado em seus direitos.

A aceitação “pacífica” de violações de direitos humanos, achando-as “naturais”, denota um suposto aspecto do povo latino americano de submissão e subserviência em relação aos povos do Norte. Esse posicionamento ideológico é utilizado, por vezes, pela classe dominante e pelo aparato do Estado em função de sua “força coercitiva e punitiva” (SADER, 2005. p.121), estabelecendo a dominação das classes subalternas.

As revistas de 1977 continuaram a abordar o assunto dos direitos humanos, como referido nos editoriais. O editorial de junho constata que um bispo jurista analisa criticamente a postura ideológica sobre a questão da segurança nacional, que era utilizada para legitimar ações de prisões arbitrárias e torturas feitas pelo regime contra os suspeitos e subversivos.

Dom Cândido Padin, bispo de Bauru - SP, conhecido e atento crítico da ideologia presente no regime militar brasileiro, coloca as balizas fundamentais para o correto entendimento da Doutrina da Segurança nacional e suas práticas políticas. É o contexto maior dentro do qual a Igreja vê inscrita sua própria pastoral e os conflitos que, eventualmente, pode provocar (EDITORIAL, 1977b, p. 241).

Na REB de setembro não faltaram críticas ao regime vigente sobre as contradições em seu interior, sobretudo na implantação e manutenção e, ao mesmo tempo, detectando-se para que esses direitos sejam de fato respeitados é preciso criar-se condições basilares.

Numa reflexão de grande lucidez, o historiador Eduardo Hoornaert nos chama a atenção sobre as ambiguidades que se ocultam sob as campanhas em defesa dos direitos humanos promovidas pelos mandatários dos países metropolitanos de nosso sistema. Defender os direitos humanos demanda a criação de condições nas quais eles possam ser vividos e respeitados (EDITORIAL, 1977c, p. 465).

Já na última revista do ano, o redator, ao desejar boas festas, relembra que “os tempos que vivemos são desafiadores e, às vezes, maus. Mas não pode haver tristeza quando nasce a vida” (EDITORIAL, 1977d, p. 674). Dessa forma, compreendemos o interesse dos intelectuais nas diversas problemáticas vividas no país. Os direitos humanos tornaram-se uma questão de profunda reflexão pela situação em que o país se encontrava.

No período do regime militar, ao lado da concepção eclesial tridentina, vigorava outra concepção, que é Igreja Povo de Deus. Esta visão de Igreja baseia-se na Tradição, na Doutrina Social, no Vaticano II, na Assembleia de Medellín e em documentos pontifícios e sinodais. O tema da libertação aparece de forma intensa, pois a problemática levantada por vários bispos é a libertação do povo brasileiro (AZZI, 1977a, p. 131). O ideário, isto é, a Teologia da Libertação desponta como mola propulsora, para que parte da Igreja, o clero e o povo tenham um posicionamento de denúncias e rejeição às violações do regime militar. Em 1973, os bispos do regional Centro-Oeste da CNBB publicaram o documento *Marginalização de um povo*, no qual se afirmava:

Existe um povo que é marginalizado. Não inventamos. É o pessoal com quem vivemos e a cujo serviço nos consagramos. É a grande maioria, a quase totalidade do nosso “povo fiel”, “povo de Deus”, “povo reunido”, “Igreja de Cristo”, como tantas vezes se exprimia o Concílio. É a Igreja de Cristo plantada em nossa região. Com os olhos e os ouvidos vemos e ouvimos, todos os dias, essa gente [...] Nenhuma outra categoria, nenhuma outra classe tem tanta sede de justiça e tanta vontade de libertação. Por isso concluímos: só ele, o povo dos sertões e das cidades, na união e no trabalho, na fé e na esperança, pode ser essa Igreja de Cristo que convida, essa Igreja que faz a libertação. E é só na medida em que entramos nessas águas do Evangelho que nos tornamos Igreja, Igreja-povo, Povo de Deus (AZZI, 1977a, p. 131-132).

Foi feita ainda uma leitura da realidade que demonstra certo oportunismo por parte das autoridades que usavam do pretexto em combater o comunismo para a implantação da estrutura capitalista opressora (AZZI, 1977a). A implantação do capitalismo, para o “desenvolvimento e o progresso” do país, se dá na forma de dependência, como vimos anteriormente, de grupos internacionais sendo que apenas uma pequena parcela da população é favorecida, pois

só podem fazer e de fato o fazem uma política economicista, sobrepondo o produto aos produtores, a renda nacional à capacidade aquisitiva da população, o lucro ao trabalho, afirmação da grandeza nacional à vida dos brasileiros, a pretensão de hegemonia sobre a América Latina ao crescimento harmônico do continente. Já está mais do que provado e disto nossas autoridades não fazem segredo, que foi aceito o caminho do “capitalismo integrado e independente” para o nosso “progresso”. Mais provado ainda está que o “modelo brasileiro” visa a um “desenvolvimento” que é só um enriquecimento econômico de uma pequena minoria. Este enriquecimento da minoria será fruto da concentração planejada da riqueza nacional que, em termos mais simples, é o roubo do resultado do trabalho e do sofrimento da quase totalidade da população que progressivamente se irá empobrecer (AZZI, 1977a, p. 133).

Embasados nesse novo modelo eclesial, o grupo da REB identifica uma mudança na orientação da Igreja na América Latina, na busca por libertação. Como parte da Igreja, no modelo tridentino, aceita e compactua com o regime vigente, isto é, o militar, também aceita o sistema capitalismo como sendo apropriado para o país. O que se há de perguntar é por que membros da Igreja optam por um sistema opressor e o legitimam, e abominam um sistema que pensa na igualdade e na justiça que se assemelham ao cristianismo⁷. A partir da identificação de que o capitalismo é a grande causa das mazelas da população brasileira, a Igreja dá sinais de conversão, ao menos um grande grupo de cristãos começa a compreender o papel libertador do cristianismo. É o que expõe D. Helder Câmara.

A Igreja, na América Latina, colaborou longo tempo com a ordem, as autoridades. Eu bem sei que não temos o direito de julgar o passado com a mentalidade do presente. Mas, finalmente é uma constatação: durante três séculos a Igreja aceitou a ordem social. Na medida em que compreendemos que esta ordem é somente a estratificação de injustiças, percebemos essa culpabilidade. Pregávamos a paciência, a prudência. Num dado momento, percebemos que dávamos razão a Marx: a Igreja era uma força alienada que se alienava a si mesma. E convencemo-nos de que era preciso, ao contrário, 'conscientizar as massas' (AZZI, 1977a, p. 135).

O mais importante e o grande momento da Igreja no Brasil, como um pensamento renovador e revolucionário a Igreja, é quando esta “rompe com o poder político, questiona a própria ordem estabelecida e coloca-se ao lado dos pobres e oprimidos” (AZZI, 1977a, p. 135). O que acontece no Brasil nem sempre acontecia em outros países da América Latina, como observa Michael Löwy:

De um país ao outro podemos encontrar orientações não só diferentes como às vezes totalmente opostas: por exemplo, na Argentina, durante a ditadura militar e sua “guerra suja” (trinta mil assassinados ou “desaparecidos”) contra “subversão”, a Igreja tolerou, com seu silêncio subserviente, a política do regime; hoje ela pede o “perdão” dos torturadores e assassinos da Forças Armadas e mobiliza toda a sua força contra o verdadeiro perigo que ameaça o país... o divórcio. Da mesma maneira, na Colômbia, a Igreja continua comprometida de corpo e alma com o sistema oligárquico e, em nome da religião, legitima a guerra contra o comunismo ateu. Por outro lado, no Brasil, a partir de 1970, a Igreja denunciou o regime militar e, no decorrer dos últimos vinte e cinco anos, deu apoio à luta dos trabalhadores e camponeses por melhores salários e pela reforma agrária (2000, p.65).

As guerras de posição entre Igreja e Estado ganharam proporções gigantescas, pois o regime via na instituição eclesiástica, principalmente nos padres vermelhos, o perigo a ser combatido, com torturas e perseguições.

⁷ Esta temática merece um estudo mais aprofundado, mas questões como o ateísmo, as lutas de classes etc, são alguns temas que muitos rejeitam no marxismo. Porém, devem-se analisar ainda os pactos entre Estado e Igreja e os benefícios que esta última recebeu, o que pôde levar a uma acomodação com o sistema.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordarmos sobre a Editora Vozes, procuramos elaborar um percurso histórico para contextualizar a revista REB, com a intenção de compreendê-la. Assim, abordamos ainda que de forma precária, suas origens na cidade de Petrópolis, a vinda dos franciscanos da Alemanha para o Brasil e a fundação da editora. Com o intuito educacional, os frades trabalharam com afinco para o desenvolvimento e crescimento da editora. Foram diversos os frades que dirigiram a editora, porém, um merece a nossa atenção: Frei Ludovico que esteve à frente dessa empresa pela segunda vez entre 1962 a 1986. Coincidentemente, o ano de 1986 foi o último ano de Leonardo Boff como redator da REB e colaborador da Editora Vozes.

A polêmica esteve ao lado dessa bem sucedida administração. Foram lançados diversos livros que contrariaram setores conservadores da Igreja, cujos principais temas como sexualidade, evolucionismo, feminismo, doutrina, teologia da libertação, hierarquia católica e até publicação de autores protestantes estiveram no centro de polêmicas e debates. A Editora Vozes publicou obras de intelectuais consagrados dentro e fora do Brasil. Esse dado demonstra a importância e a diversidade dessa editora. Ainda sobre a editora, foi discutido como um grupo “revolucionário” conseguiu manter-se e alcançar em certa medida a hegemonia numa instituição anacrônica e paradoxal. Chegamos a alguns fatores tais como o poder financeiro conquistado por frei Ludovico através da editora e parte da alta cúpula da Igreja ter-se posicionado a favor do ideário da libertação que norteou esse período de grande efervescência na busca pela reforma moral e intelectual.

No entanto, os direitos humanos foram tratados dentro do regime militar, que procurava silenciar, em nome da segurança nacional, os subversivos. O grupo da REB tratou de verificar de forma contemporânea a posição eclesial com relação ao regime de exceção. Foi detectado que a Igreja num primeiro momento se posicionou a favor e, num dado momento, parcela da instituição eclesial se colocou contra o regime. No entanto, é interessante observar que por vezes a Igreja agia de forma ambígua, principalmente os conservadores, que apoiavam ou se omitiam diante de torturas, perseguições e cerceamentos de liberdade. Estas posturas ditatoriais são contrárias à essência do cristianismo; portanto, leva-se a acreditar que os interesses eclesiais e pessoais de poder, prestígios e atitude de subserviência estavam acima dos interesses humanos.

Diante desse cenário, muitos cristãos ligados à libertação, em especial bispos por seus ofícios, denunciaram de forma contundente prisões, torturas, maus-tratos e abusos de poder por parte dos militares. Muitos documentos e declarações foram feitos pelos sucessores dos apóstolos, que demonstraram grandeza e coragem evangélica como requer as origens do cristianismo. Vale ressaltar que, nas páginas da REB, encontram-se denúncias feitas pelos intelectuais sobre a violação de direitos humanos não só contra o Estado, mas também com relação à própria Igreja omissa e violadora

de direitos. Ainda na batalha das guerras de posição, a conferência de Puebla tornou-se um dos assuntos de grande relevância para o grupo da REB. Principalmente no que se refere à opção preferencial pelos pobres, pois essa escolha implica necessariamente a transformação da própria instituição eclesial.

REFERÊNCIAS

ANDRADES, Marcelo Ferreira de. Editora Vozes: 100 anos de História. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

AZZI, Riolando. A atuação da Igreja no Nordeste no século passado. *Revista Eclesiástica Brasileira*. v. 42, nº 165. p. 110 - 119. de Março 1982a.

EDITORIAL. *Revista Eclesiástica Brasileira*. v. 33, nº 129. p. 3. Março de 1973a.

EDITORIAL. *Revista Eclesiástica Brasileira*. v. 33, nº 131. p. 545. Setembro de 1973c.

EDITORIAL. *Revista Eclesiástica Brasileira*. v. 34, nº 136. p. 769. Dezembro de 1974d.

EDITORIAL. *Revista Eclesiástica Brasileira*. v. 37, nº 146. p. 241. Junho de 1977b.

EDITORIAL. *Revista Eclesiástica Brasileira*. v. 37, nº 147. p. 465. Setembro de 1977c.

EDITORIAL. *Revista Eclesiástica Brasileira*. v. 37, nº 148. p. 673-674. Dezembro de 1977d.

CRÔNICAS. O sacrifício de Pe. João Bosco. *Revista Eclesiástica Brasileira*. v. 36, nº144. p. 966 - 968. Dezembro de 1976d.

GRAMSCI, Antonio. *Lettere dal Carcere*. Turim: Einaudi Editore, 1949

_____. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a. Vol 1.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b. Vol 2.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011c. Vol 3.

_____. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

ENFOQUE HISTÓRICO Entrevista de Rose Marie Muraro <http://www.folhadaregiao.com.br/jornal/2003/10/19/cad207.php?PHPSESSID=448767c56f4f5656e0e7bbd320619d7a>.

FRIEDAN, Betty. *Mística Feminina*. Tradução de Áurea B. Weissenberg Petrópolis: Editora Vozes, 1971.

HOORNAERT, Eduardo. As Relações entre Igreja e Estado. *Revista Eclesiástica Brasileira*. v. 32, nº 126. p. 275 - 308. Junho de 1972b.

TANNÚS, Fabiana Vilela. *Vozes católica sobre Ensino Superior*. 2008, Dissertação (Mestrado em Educação), Centro Universitário do Triângulo, Uberlândia, 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BRASIL: nunca mais. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

LÖWY, Michael. A Guerra dos Deuses: religião e política na América Latina. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

MURARO, Rose Marie. Automação e o Futuro do Homem, Petrópolis: Editora Vozes, 1968.

REIS, Egberto Pereira. Os Intelectuais da Libertação e o Intercâmbio Educativo: uma Leitura Gramsciana da Revista Eclesiástica Brasileira (1972 - 1986). F. 245. Tese (Doutorado em Educação); Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

SADER, Emir. (Org.) Gramsci: Poder, Política e Partido, São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SEGUNDO, Juan Luis. Direitos Humanos, Evangelização e Ideologia. Revista Eclesiástica Brasileira. v. 37, n° 145. p. 91– 105. Março de 1977.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-023-0

